

# **EIXO SEGURANÇA PÚBLICA**

**PPAG 2016-2019 – Revisão 2018**

**Relatório dos Grupos de Trabalho**

**Prevenção ao Crime e Justiça Criminal**

# PPAG 2016-2019 – Revisão 2019

## Relatório do Grupo de Trabalho

O tema **Prevenção ao Crime e Justiça Criminal**, do Eixo Segurança Pública, foi debatido no dia 8 de novembro de 2018. O grupo de trabalho, composto por 39 pessoas, identificou três áreas de interesse, que conformaram os subgrupos: Direito à Vida; Inclusão Social; e Participação Social.

Como resultado das discussões, foram apresentadas sugestões de alteração no PPAG e de recomendações ao Poder Executivo no âmbito dos programas:

- 194 – POLÍTICAS SOBRE DROGAS;
- 203 – PREVENÇÃO SOCIAL À CRIMINALIDADE;
- 726 – ACESSO À JUSTIÇA.

As principais intervenções sugeridas pelo grupo foram:

- fortalecer as ações do Proerd nas escolas do Estado;
- valorizar as oficinas de capoeira, no âmbito do projeto Fica Vivo;
- criar ação destinada à capacitação de policiais militares pertencentes ao Grupo Especial de Policiamento em Área de Risco – Gepar;
- ampliar metas física e financeira da Ação 4379 – Prevenção Social às Violências e Criminalidades –, com vistas a fomentar a mobilização social e a participação popular no enfrentamento às violências, de acordo com o conceito de segurança pública cidadã;
- realizar, no escopo do programa Mediação de Conflitos, oficinas temáticas relativas ao enfrentamento à violência doméstica;
- assegurar o acompanhamento social a pré-egressos e a egressos do sistema prisional, com vistas ao fortalecimento de vínculos comunitários e familiares, bem como à inserção produtiva no mercado de trabalho;
- criar ação destinada à prevenção da criminalidade, por meio do incentivo à paternidade responsável, sob gestão da Defensoria Pública do Estado;
- instituir ação, sob gestão da Defensoria Pública do Estado, destinada à promoção da resolução de conflitos no ambiente doméstico, intitulada Defensoria no Lar;

- ampliar metas física e financeira da Ação 2068 – Capacitação de Membros, Servidores e Cidadãos por meio da Escola Superior da Defensoria Pública.

Houve, ainda, a aprovação das moções que se seguem:

“Os participantes do grupo de trabalho Prevenção ao Crime e Justiça Criminal, no processo participativo de discussão do PPAG 2016-2019 – revisão para 2019 –, requerem seja assegurado tratamento exclusivo ao idoso em todas as políticas de segurança pública, com atendimento especializado a esse segmento da população.”